

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE DUPLICIDADE DE TERMO DE FOMENTO

(Acórdão 638/2010 - TCU)

E u , **[NOME DA REPRESENTANTE LEGAL DA OSC]**, portadora do documento de identidade RG nº ****XXX**** expedido pela **XXXXX**, inscrita no CPF nº *****.XXX.*****, na qualidade de Representante Legal da **[NOME DA OSC]**, com Sede **[ENDEREÇO COMPLETO]**, inscrita sob o CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, **DECLARO**, para os devidos fins e sob penas da lei, perante a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - SNDPI/MDHC, que a **[NOME DA OSC]** não possui termo(s) de fomento vigente(s), celebrado(s) com qualquer órgão da União, para execução de objeto idêntico ou similar e/ou despesas ao previsto na Proposta Transferegov.br nº **XXXXXX/ano**.

Cidade/UF, dia de mês de 20XX.

[Nome do Representante Legal da OSC]

Cargo

Obs. 1: A documentação necessária para a formalização da parceria, deverá conter assinatura idêntica à utilizada no documento de identificação civil, ou assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada junto à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Obs. 2: Em atenção a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, cabe informar que, as declarações que exigirem o número do RG/CPF, estes devem ser preenchidos apenas com os dígitos centrais. Exemplo:

*****202325*****